

O ÓCIO COMO UM DIREITO PERPASSADO PELA EDUCAÇÃO

Eliane Juraski Camillo¹

Resumo

O presente texto tem por intuito trazer à tona a questão do ócio e seu arcabouço teórico, entendido como um direito perpassado pela educação, procurando tecer uma reflexão acerca do estado da arte do mesmo em uma sociedade que vive uma situação de desequilíbrio em relação ao mesmo, onde o pêndulo histórico parece estar pendido em favor do trabalho. É papel da educação, pois, reverter essa situação, possibilitando que o homem seja visto como um todo, não apenas como um par de braços para o trabalho.

Palavras-chave: Ócio; Trabalho; Liberdade; Educação; Humanização.

Considerações Iniciais

Falar sobre ócio no contexto hodierno, onde a vida parece ter se convertido na batalha insana do dia a dia pelo meio de vida, ou seja, as pessoas têm trabalhado cada vez em ritmo mais frenético, em nome da sobrevivência ou da acumulação de bens; não é tarefa nada fácil. É, antes de tudo, um desafio.

Há, inclusive, uma racionalidade, calcada no âmago da sociedade capitalista, evidenciada através da linguagem, que reforça a ideia de que uma mentira pronunciada

¹Eliane Juraski Camillo, Rua Padre Landel de Moura, 262, Bairro Rio Branco, Sobradinho, RS, Cep: 96900-000. Fone 0XX5599947895. E-mail: juraskicamillo@gmail.com. Mestranda em Educação pela Unisc de Santa Cruz do Sul-RS, com bolsa BIPSS. Integra o grupo de pesquisa da linha Educação, Trabalho e Emancipação. Atua como tutora presencial do curso de Letras da UFSM, no pólo de apoio presencial de Sobradinho, pelo Programa de Educação à Distância daquela Universidade, ofertado pelo sistema UAB-Universidade Aberta do Brasil.

com convicção e ininterruptamente acaba por assumir ares de verdade. Ela se consubstancia nos vários dizeres que circulam em inúmeras bocas, ditos primeiramente pelas camadas mais privilegiadas da sociedade, que podem falar ao seu bel-prazer, disseminando os discursos que melhor lhes aprouverem e repetidos pelas massas, os quais endeusam o trabalho (“Comerás o pão de cada dia com o suor do teu rosto”, “Tempo é dinheiro”, “Só o trabalho dignifica.”); e demonizam o ócio (“Pessoa desocupada, morada do demônio”, “A preguiça é o pior dos vícios.”).

Dessa forma, delinea-se o homem em situação periclitante, movendo-se entre a virtude (o trabalho) e o vício (o ócio). O homem está cindido, perpassado por uma situação dual: trabalho e tempo livre. Sobre a primeira situação – o trabalho – muito se tem dito e teorizado, objeto de inúmeras pesquisas, foco de atenção constante por parte da ciência, objeto constante de preocupação da educação, haja vista que o discurso da formação para o mundo do trabalho está presente na quase totalidade dos documentos oficiais pertinentes a ela. Já em relação à segunda categoria, sente-se um *déficit* teórico, isto é, a ausência de uma teoria consistente do ócio. Ora, as ciências humanas, embora não passíveis de quantificação/mensuração, precisam revestir-se de algum rigor científico, ao passo que teoria e prática precisam retroalimentar-se continuamente.

1. Clarificando o tema

Waichman (2001) discorre sobre a dificuldade de se tecer uma teoria do tempo livre, arguindo sobre sua validade em terreno carregado de subjetividade. Ele problematiza a questão, indagando se o ócio é o que o indivíduo assim considera ou é aquilo que a realidade aponta, ou, ainda, uma síntese de ambos, discutindo os valores presentes/ausentes desta prática social/individual.

Segundo Waichmann (2001), o homem tem se deparado, ultimamente, com uma avalanche de atividades surgidas para preencher o tempo livre de maneira sistemática –

o que ele denomina de ócio dirigido. Todavia, lança questionamentos do que essa tendência realmente signifique. Será que esse rol de atividades que estão à disposição de quem possa efetivamente comprá-las podem ser denominadas de ócio? Elas satisfazem reais necessidades do indivíduo, desenvolvendo seu protagonismo? Ou são novas formas de lucros? De controle?

O que, de fato, preocupa Waichman (2001) é o aumento indiscriminado dessas atividades, sem, contudo, se discutir a fundamentação, a razão, o porquê. Por isso a importância de um parâmetro teórico, já que apenas entreter-se não basta: é preciso criar um tempo em antítese ao trabalho.

Para melhor se entender as razões que sinalizam para a atual dualidade trabalho/ócio, o autor citado convoca a fazer uma reflexão a respeito da natureza humana, a alienação e a liberdade, considerados conceitos-chave para a aproximação com o que seria um conceito de tempo livre.

Em relação à natureza humana, nos primórdios da civilização, verifica-se o homem vivendo de forma acuada, numa luta insana em nome da sobrevivência, sendo que cada dia a mais vivido era uma vitória, por conta dos perigos que andavam sempre à espreita e das inhóspitas condições de sobrevivência. Paulatinamente, graças ao trabalho, o homem vai construindo uma segunda natureza, muito mais propícia ao seu viver. Com o trabalho, então, o homem transforma a natureza (e a história) e se transforma (modifica sua história pessoal). Tanto é que Marx sentenciou, segundo Manacorda (1991), que o que é do homem sem a atividade, sem o trabalho, já que se passa a maior parte do tempo trabalhando, sem contar que o progresso atingido pela humanidade em todos os âmbitos encontra-se diretamente a ele associado.

Todavia, há que se considerar o reverso da medalha. O mesmo Marx vaticina a existência de uma antinomia em torno da questão do trabalho: por um lado, atividade

vital, criadora, vetor de desenvolvimento humano, segundo o acima exposto. Por outro, com a ascensão do capitalismo, fator de alienação.

No que tange à alienação, não se poderia discorrer sobre sem reportar-se novamente a Marx, pois nele a alienação se materializa no campo econômico, mais especificamente à alienação do trabalho; em contrapartida a Hegel, cuja alienação e sua superação era concebida abstratamente, num plano ideal.

Para Marx (2003), a economia política, tida como ponto de partida, e suas bifurcações, são responsáveis diretas pela reificação do trabalhador, na cisão entre possuidores e despossuídos. A economia política parte do fato da propriedade privada, no entanto, não a explica. Na alienação, quanto mais o trabalhador produz, mais pobre fica, expoente máximo de coisificação.

O que caracteriza o trabalho alienado, em seu âmago, é a expropriação do próprio produto do trabalho do trabalhador, ou seja, quanto mais produz, menos o trabalhador pode possuir. Na alienação, o trabalho, exteriorizado do trabalhador, se torna autônomo, avoluma-se e acaba voltando-se contra o próprio trabalhador. E a economia política oculta a alienação na natureza do trabalho por não examinar a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção. O resultado disso é que a uma minoria ficam destinadas as benesses; e ao trabalhador, miséria e péssimas condições gerais de vida e trabalho.

Marx acrescenta que no modo de produção capitalista não apenas o produto da atividade do trabalhador é alienado. Também o processo em si o é. Além do trabalho tornar-se um apêndice do trabalhador, este não se realiza com o mesmo. Ao contrário, o trabalho o sufoca, o martiriza, é forçado e pertence a outrem, numa visível perda de espontaneidade. Desse modo, o homem apenas se sente livre desempenhando as funções

animais (beber, comer, procriar). “O animal se torna humano e o humano se torna animal.” (MARX, 2003, p. 94).

O homem diferencia-se dos demais animais por ter consciência de espécie. Natureza é o corpo inorgânico do homem, pois o mesmo vive da natureza. Então, o trabalho alienado aliena a natureza do homem e aliena o homem de si mesmo, enquanto espécie, porque deixa de ser um fim para transformar-se em meio de se chegar a um fim, isto é, manter-se vivo, perpetuar-se enquanto espécie. E a vida plena jamais deveria resumir-se a um meio de vida.

O homem, então, aliena-se perante si mesmo e perante os outros homens enquanto espécie. Se o trabalho encontra-se alienado ao trabalhador, convertendo-se em algo exterior, estranho, que não mais o pertence, pertencerá, sim, a outro homem, um não trabalhador. O trabalhador outorga o resultado do seu trabalho a um estranho, uma atividade que na verdade não é dele. E como o produzido não é sinônimo de desenvolvimento para a humanidade, mas de lucros desmedidos para alguns, negando a realização humana, começa, aí a aversão pelo trabalho. O homem objetivado, coisificado, reificado, não mais encontra realização no trabalho, buscando-a no ter, deixando o ser à deriva. O fato de a produção ser alheia ao homem causa aversão ao trabalho. É por isso que o homem busca satisfação no tempo livre, não a tendo no trabalho, deste restando cansaço, monotonia, tédio.

Todavia, é muitíssimo oportuno reportar-se a Arendt (1999), no intento de refletir acerca de alguns conceitos que, entrelaçados, compõem a condição humana, e são de extrema valia para a presente pesquisa. Trata-se dos conceitos de labor, trabalho, e ação.

O labor funde-se com o processo biológico do corpo, na perene luta para suprir as necessidades vitais, cuja condição humana é a própria vida e sua continuidade.

Laborar, segundo Hannah, era ser escravizado pela necessidade, condição inerente da vida humana. Na antiguidade, a escravidão era pior do que a morte, pois nivelava o homem aos animais domésticos, diferindo da escravidão dos tempos modernos, que visava o lucro e a exploração. Era a tentativa de excluir o labor da vida humana. Por essa razão que os escravos não eram considerados humanos, pois quaisquer condições que fizessem com que a vida humana se assemelhasse à vida animal, guiada pelo filigrana da necessidade, recebia logo a qualificação de inumana. Por isso o homem é denominado pela autora de *animal laborans*.

O trabalho, por sua vez, garante o artificialismo da existência, na construção de artefatos, sendo a mundaneidade sua condição humana. Trabalho e seu produto “emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e o caráter efêmero do ser humano.” (ARENDDT, 1999, p. 16). Na era moderna, o trabalho passa a ser ufanado. O *animal laborans* cede lugar ao *homo faber*, o labor do corpo é substituído pelo trabalho das mãos, sendo a produtividade a causa da promoção do labor a trabalho.

Já a ação pressupõe pluralidade, representada pela ação política por excelência. Concatena-se com a própria historicidade.

O pensamento arendtiano concebe os homens como seres condicionados. A vida humana se desenrola no ambiente natural, o qual é modificado pelo trabalho humano, que cria uma série de objetos, que, igualmente, condicionam a existência, ou seja, algo não é necessário até passar a existir e ser utilizado, para logo se tornar, pelo uso, vantagens, comodidades e força do hábito, indispensáveis, condicionando a existência. Portanto, a vida já não seria mais possível sem essas coisas, porque condicionada. Por sua vez, a existência humana concede um valor ímpar às coisas, que sem estarem

profundamente condicionadas com a existência, estariam totalmente privadas de sentido cultural maior, sendo apenas um amontoado de coisas, sem maior importância.

As atividades humanas são condicionadas porque os homens vivem juntos, sendo que a ação inexistente fora do campo social. A ação é exclusivamente humana, estando fora do alcance dos demais animais. O homem é um ser político (propenso à ação) e é um ser social. Social não pressupõe apenas o viver junto, pois há animais que também o fazem. Todavia, as motivações certamente são diferentes. Os animais vivem juntos pela necessidade biológica da espécie; os homens, para responderem afirmativamente a uma capacidade superior, que é a capacidade humana de ação política.

A condição humana difere-se da natureza humana. A alteração mais radical na condição humana, para a autora, seria ir morar em outro planeta, o que não está fora de cogitação hoje, e onde as condições para se viver seriam, ainda mais do que na terra, produzidas pela mão humana.

A questão da natureza humana foge da compreensão do homem. O “O que sou?”, só pode ser decifrado por Deus. O homem não se conhece totalmente, havendo enigmas indecifráveis, que só podem ser do conhecimento de uma divindade. Deve ser por isso que, vez ou outra, o homem não se reconhece em seu agir, fazendo coisas que não seriam próprias do seu fazer. E a condição humana é insuficiente para explicar a natureza humana, embora a garanta.

Conforme Erich Fromm, o processo de consumo é tão alienado quanto a produção. Dinheiro representa trabalho e esforço, mas pode também não significar, quando oriundo da exploração de uns sobre outros, sendo adquirido, portanto na ausência daqueles ingredientes, que o desvaloriza e desqualifica. “A força humana de adquirir consistiria em fazer um esforço qualitativamente proporcional ao que se

adquire.” (WAICHMAN, 2001, p. 25). Porém, não é exatamente isso que ocorre quando o consumo sacia (ou procura saciar) o ter, a ostentação, servindo ao esbanjamento, que muito tem contribuído, inclusive, para a exaustão dos recursos naturais.

Waichman (2001, p. 25) continua, asseverando que “Consumir é essencialmente satisfazer fantasias artificialmente estimuladas, uma criação alheia ao nosso real concreto.” Essas fantasias não partem tampouco preenchem o homem concreto, espiritualizado; mas, como criação exterior acoplada ao homem, fazem-no consumir cada vez mais, sem estar com isso satisfeito, num perene ciclo vicioso de compra, consumo, não satisfação, compra novamente, e assim por diante. A alienação é, pois, a perda gradativa da essência humana.

Nesse interstício, convém esclarecer que, no início da história da nossa civilização, a natureza correspondia a Deus, assim permanecendo até o início do século XVIII, com o desenvolvimento da mecânica, onde a natureza passou a ser associada à coisa concreta, palpável, contrária ao pensamento, abarcando Deus mais as realizações do homem. A ciência sai do campo da contemplação e procura interpretar e explicar a natureza. No século XIX, o homem parte para a transformação da natureza, maximizando a noção de historicidade e consciência da liberdade. Por isso, a diferença entre o homem e os demais animais é que os últimos estão na natureza, enquanto que o homem adapta a natureza a si.

Portanto, a noção de historicidade pressupõe também o papel da educação, cuja função não é estanque, não podendo significar apenas treino, adaptação a um modelo específico de homem e sociedade, negando a autoconstrução. Nesses moldes, a educação também é alienada e aliena. E o educador possui, sobretudo, uma missão heurística, que é a de auxiliar na busca de elementos que perpassem a alienação.

Adentrando no opróbrio da alienação, que é a liberdade, Waichman (2001) a considera, juntamente com a educação e o ócio, os valores mais caros para a humanidade, todavia, insuficientemente discutidos, analisados, menos ainda vividos.

Muitos definem, equivocadamente, liberdade plena com fazer o que se quer e não fazer o que não se quer. Liberdade de fato transcende esse protótipo. Nem sempre se pode fazer o que se é permitido fazer. Uma pessoa pode ser livre, por exemplo, para viajar ao exterior, porém, a falta de dinheiro a impede de realizar a viagem. Nesse molde, a liberdade é apenas o outro extremo da escravidão. É liberdade em um nível ainda muito elementar. Liberdade vai muito mais além, colimando com o acesso pleno às condições que desenvolvem e dignificam a vida.

A liberdade é um bem de valor processual, portanto passível de ser aprendida via educação. É a superação de condicionamentos, opondo-se terminantemente às necessidades, principalmente aquelas oriundas da alienação. Quanto ao ócio, "...será tempo livre quando não for uma necessidade." (WAICHMAN, 2001, p. 29). Então, na ótica do autor, o tempo que se descansa visando-se estar bem novamente para o exercício do trabalho não é exatamente tempo livre em seu sentido total. Exemplificando, se uma pessoa deita-se para dormir por estar exausta, após a realização de um trabalho, não é efetivamente livre. Está, sim, respondendo afirmativamente a uma necessidade biológica. Não obstante, se deita não por necessidade, mas porque deseja desfrutar de um período de tempo repousando, então, sim, será livre.

Na civilização técnica, o homem, teoricamente, se liberaria para o ócio, haja vista que a maquinaria seria responsável por realizar parte considerável de seu trabalho, com extrema rapidez e perfeição. Contudo, não foi o que aconteceu. Longe de edificar o reino de felicidade geral, o desenvolvimento tecnológico, além de trazer muitas conseqüências negativas, como o consumismo exacerbado, que, por sua vez, trouxe em

seu bojo o esgotamento dos recursos naturais, agudizando os problemas relacionados ao meio ambiente, não cumpriu com os acenos para um maior coeficiente de tempo livre para os indivíduos.

Ao invés disso, o contexto que o idealizou, o capitalismo e, mais recentemente o ideário neoliberal, um dos seus desdobramentos renovados, sob a égide de seus principais corolários, a saber, flexibilização do trabalho, com fronteira cada vez mais tênue entre trabalho e não trabalho, fazendo com que as pessoas acabem dedicando tempo integral ao mesmo, além da, via desregulamentação de leis trabalhistas, presença incômoda do desemprego. Com ele, os ganhos reais em lutas trabalhistas vêm diminuindo substancialmente. O receio de perder o emprego, que paira no ar, servindo como uma retração das lutas em prol de conquistas trabalhistas, exerce o papel de camisa de força, já que o trabalhador, seja do setor que for, hesita em lutar por melhorias, priorizando a manutenção do emprego.

Aliás, se o trabalho não vai bem, o ócio tende a enveredar para o mesmo caminho. Até em sua etimologia, o vocábulo trabalho apresenta sentido dual: em um sentido, significa obra, transmitindo noção dignificante. Noutro, o termo significa degradação, suplício. Waichman (2001, p. 34) o associa ao termo *tripaliare*, que significa “torturar com tripalium, instrumento composto por três estacas pontiagudas sobre as quais se prendia aqueles que não aceitavam voluntariamente o trabalho.”

Gradativamente o homem foi se liberando do excesso de trabalho tratado por Lafargue nos entornos da Revolução Industrial, que compreendia rotinas mortificantes, com jornadas de até quinze horas diárias, inclusive para crianças. Desde aí, são inegáveis as conquistas de direitos de suma importância, salvo, ainda várias exceções. Porém, antes, o trabalho era encarado como purificação, sofrimento necessário. Hoje,

concatena-se com uma moral de consumo, onde o cidadão aceitou de bom grado ser cognominado de consumidor.

Os meios de comunicação social, que particularmente no Brasil pertencem a grupos hegemônicos, disseminando uma ideologia que naturalmente os favorece, muito têm contribuído na alienação do ócio. Neles, desconsidera-se a essência humana, evidenciando tudo que maximiza o consumo. O ócio massificado deixa para trás valores e costumes típicos de povos específicos, numa tentativa de homogeneização cultural, ao supervalorizar a cultura de povos dominantes, como se existisse culturas mais ricas ou mais pobres, o que, de certa feita, nega a diversidade cultural.

Ainda tangente aos meios de comunicação, Waichman (2001), ao aludir ao ócio ativo e passivo – que, em termos de sentido, faz jus à sua nomenclatura, ou seja, ócios ativos seriam aqueles em que as pessoas assumem uma postura ativa, desempenhando atividades, fazendo, efetivamente algo; e os ócios passivos seriam aqueles onde as pessoas assumem atitudes passivas, de meros receptores. Hoje predomina os ócios passivos, o que, de certa forma, ratifica a submissão e dependência econômica. O acesso à cultura reduz-se ao acesso ao consumo. Em outros ensejos, as pessoas se encontram tão cansadas em função da correria em nome da sobrevivência/acumulação, que quando não estão trabalhando, no lugar de desfrutarem de ócios ativos, optam por ficar encerrados em casa assistindo televisão, em atitude notadamente passiva. Isso é negativo se analisado sob o prisma do próprio bem-estar e mais ainda na esteira da emancipação. Quanto à qualidade de vida em si, o indivíduo acaba adotando um padrão de vida sedentário, altamente prejudicial à sua saúde. Tangente às possibilidades de emancipação, em nada favorece o vicejar do protagonismo, pois as pessoas acabam se transformando em uma espécie de títeres, “presas fáceis” para os meios de comunicação, absorvendo e perpetuando a ideologia disseminada por eles, visto que

uma postura passiva perante os mesmos favorece o ávido mimetismo do que é veiculado, estando a reflexão na maioria das vezes ausente deste processo. Sem se dar por conta, se acaba internalizando e repassando exatamente as verdades que o sistema deseja. E mais, tal conduta corrobora com o individualismo, ao passo que prevalece o ostracismo, inibindo o encontro, o diálogo, que poderia dar azo à discussão de problemas comuns, encetando movimentos visando transgressões. Recordando Marcuse (1973), o povo, nessas circunstâncias, deixa de ser fermento de transformação, contentando-se em ser elemento de coesão social, mantendo o *status quo*.

Nessa perspectiva, a educação precisa ter ingerência na criação de novas atitudes perante a passividade no tempo de ócio. Este necessita ser (re) pensado, (re) construído, não apenas correspondendo a um espaço de tempo compensador, com vistas novamente ao trabalho. Urge desbravar um novo horizonte, onde o homem seja visto como totalidade, não apenas como um par de braços para o trabalho.

Perseguindo a tessitura de um conceito para o ócio, Waichman (2001) afirma que ócio não significa exatamente tempo livre. Geralmente, o termo ócio é utilizado por autores que representam o capitalismo, enquanto que tempo livre é preferido por autores marxistas. Puig e Trilla (2004) concordam que haja um dissenso quanto ao que exatamente seja o ócio. Igualmente, afirmam que ócio e tempo livre não são termos correspondentes, embora, equivocadamente sejam usados como sinônimos. O tempo livre seria a base temporal para que o ócio se corporifique, despontando como uma das condições necessárias para a efetivação do último.

O autor em questão argumenta sobre a dificuldade de uma conceituação exata de ócio e mais ainda de o conceito elevar-se à categoria científica. A razão disso é que o ócio recai em diferentes interpretações, segundo alguns fatores como moral, religião, economia, dentre outros. O referencial teórico sobre o mesmo provém da sociologia,

com raras contribuições da pedagogia, psicologia e antropologia. Mesmo na sociologia, o assunto é tratado, na maioria das vezes como resíduo do tempo de trabalho, não se dando a devida importância.

1.1 As modulações sofridas pelo ócio no decorrer da história

Conforme Puig e Trilla (2004), cada civilização, cada época histórica dispensou singular tratamento à questão do ócio, segundo fatores específicos proeminentes em cada uma delas. Diligentemente, definições para a palavra ócio são possíveis por intermédio da etimologia, concepção filosófica ou contextualização operacional (não-trabalho). *Ab initio*, o termo advém de *loisir*, *licere* (latim), que significa “o que é permitido”, o tempo de se fazer o que se quer. Porém, se é permitido, o é por alguém, o que pressupõe condicionamentos.

Assim como Jaeger (1995) identifica a Grécia como o ponto zero da civilização ocidental, berço da cultura, igualmente o é em se tratando do ócio, que para os gregos possuía sentido muito profundo. Do grego, ócio corresponde a *skolé*, opondo-se a *askolé* (servidão). *Skolé* é derivado de escola, o que possibilitava “...o desenvolvimento dos valores supremos da cultura grega, que permitiam a contemplação da sabedoria.” (WAICHMAN, 2001, p. 44). O ócio seria o tempo livre para o acesso à cultura, aos saberes desinteressados, o afinamento do espírito, a lapidação da essência humana, o aprimoramento das virtudes (que para os gregos era o que de mais sublime o homem poderia possuir), tempo também de parar para não fazer nada, terreno fértil para a contemplação, a reflexão, disponível na época – e por que não dizer na atualidade também – somente para a classe superior da sociedade. É oportuno lembrar que esse nobre ideal não se encaixava no princípio equitativo: não era, portanto, para todos. Se uns podiam desfrutar do ócio em plenitude, era à revelia da escravidão, que se

encarregava de realizar o trabalho a ser feito para que a sociedade mantivesse seu funcionamento material, o que Hannah Arendt denominou de labor.

Em tempo, muitos são obrigados a cultivar ócios passivos, conforme discorrido anteriormente, por não ter condições financeiras que lhes permitam o acesso à participação de uma vida social, de agremiações e instituições cujo conteúdo contribuiria para nutrir a essência humana. Quanto a isso, concorda Dejours (1992, p. 45), ao proferir que “Compensação aparentemente natural das violências do trabalho, o tempo fora do trabalho não traz para todos as vantagens que poderíamos esperar.” É clara à alusão que o autor francês faz ao custo elevado das várias atividades ociosas, fazendo com que poucos trabalhadores possam organizar o tempo livre segundo seus desejos e necessidades fisiológicas.

Aristóteles proclamava que, quem trabalhava, não conseguia atingir os valores mais elevados, a bondade, as virtudes. Trabalhar era algo vil, digno dos escravos. O ócio era um ideal de vida, um fim; o trabalho, um meio. Na concepção de Aristóteles, o ócio se encontrava presente principalmente na música e na contemplação. Na música, pois a mesma seria um alimento para a alma, numa aproximação com a virtude. Na contemplação, porque capacidade de olhar, sentir, refletir, extrair o âmago de uma realidade, genuína condição para se tecer teorias; imprescindível, portanto, aos professores, sujeitos da presente pesquisa, como alguém que produz conhecimento, não apenas se apropria e/ou repassa conhecimentos sistematizados por outrem. Aliás, não será a hipotética ausência de ócio entre os docentes o fator responsável pelo *déficit* de autoria entre os mesmos?

Roma, em contrapartida, atribui um sentido totalmente oposto dos gregos para o ócio. Para os romanos, o *otium* era um tempo de não trabalho necessário para refazer-se após o *nec-otium* (tempo de atividades produtivas). Tal visão aproxima-se da função de

meio, coincidindo com muitas abordagens utilizadas para o assunto na atualidade. Roma, ainda, celebrava vários dias festivos, com espetáculos públicos organizados pelo Estado, objetivando dominar culturalmente o povo, incrustando o conformismo com o sistema vigente, numa verdadeira demonstração de ócio instrumental, fazendo com que o povo vivesse “a pão e circo”, na verdadeira acepção da expressão.

Arendt (1999) evidencia que a palavra grega *skolé* e a latina *otium* significavam isenção de atividade política, não apenas lazer, visto que a vida política era cheia de atividades e preocupações.

No período compreendido entre a Idade Média, o Renascimento e a Revolução Francesa, conforme Puig e Trilla (2004), entre os agricultores e os artesãos, trabalho e ócio eram naturalmente dimensionados pelas horas de sol e pela interferência da Igreja. Trabalhavam-se muitas horas enquanto houvesse luminosidade e se folgava em outras, em estações inócuas ao trabalho (chuva, frio excessivo) e quando se enfrentava períodos de doenças. Sem contar, novamente, do grande número de festas religiosas que ocupavam tempo preponderante da população. Entre a nobreza, desenvolveu-se um ócio ostentatório, conjugado com esbanjamento, veementemente repudiado no apogeu do capitalismo, que julga o trabalho como uma virtude magnânime e o ócio como um vício repugnante.

No século XIX tem-se uma ociosidade, que não necessariamente era ócio, responsável pela decadência dos costumes e pela deterioração da moral, acessível à burguesia. Com a Revolução industrial, o ócio passa a incompatibilizar-se com o progresso, pois a camada ociosa da sociedade ceifava riquezas, o que era considerado inconcebível, uma injustiça social. Adensa-se uma crítica econômica ao ócio, por não se aceitar a existência de consumidores que não produzissem, de parasitas sociais, contrariando os preceitos da sociedade industrial, a qual atingia/atinge riquezas pela

produção maximizada. Explicando melhor, na época feudal, tempo de colonizações e escravidão, as riquezas eram devoradas pela classe ociosa, que não produzia. Na era industrial, teoricamente, a produção era ícone de desenvolvimento geral da sociedade, por isso o rechaço ao ócio.

Verifica-se, portanto, que nos diferentes períodos da história da humanidade, o pêndulo histórico pende ora mais para o lado do trabalho, ora mais para o lado do ócio, ora para uma mescla de ambos. A humanidade sempre viveu, em menor ou maior grau, um embate no sentido de dedicar uma maior quantidade de tempo ao trabalho ou ao ócio. Até a Revolução Industrial pode-se dizer que perdurou um certo equilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo do ócio, às vezes um fundindo-se com o outro, outras, um exercendo o papel de prolongamento do outro, embora a predominância do papel vital do trabalho sempre estivesse presente.

Em Galeano (1980), identifica-se que na conquista das Américas (Central e Latina) – verdadeiro holocausto – os índios preferiam se matar a submeter-se ao trabalho contínuo. “Muitos deles, por passatempo, mataram-se com veneno para não trabalhar, e outros se enforcaram com as próprias mãos.” (GALEANO, 1980, p. 27).

O desequilíbrio entre o tempo de trabalho e de ócio sobrepuiu-se após a Revolução Industrial, com o aumento desenfreado do tempo de trabalho, com o mínimo de ócio, apenas para recuperar novamente as forças para o trabalho. A sociedade começou a apresentar a predominância de valores inculcados no ter em detrimento do ser, na concentração de bens, na produção massiva de mercadorias, no insidioso aumento dos lucros.

Com a industrialização, a vida se converte, então, em trabalho; o tempo livre, em repor as energias para trabalhar novamente. Estabelece-se uma moral puritana, desprezando o ócio. Frente a esse contexto, desponta a sociologia do ócio.

Tangente ao ócio no século XX, os Estados Unidos são pioneiros nos estudos e pesquisas, estendendo a preocupação para com a consolidação da sociologia do ócio para a Europa e União Soviética. Um (a) leitor (a) mais atento (a) deve se perguntar por que justo os Estados Unidos serem pioneiros na preocupação com o ócio, se, conforme Moog (1974), tal país assentou-se em uma linha mestra que, acima de tudo, sempre valorizou o trabalho como uma virtude suprema. Bem, é o próprio Moog que esclarece o parente contraste, ao evidenciar que:

Isto, entretanto, não quer dizer que as linhas mestras da cultura americana sejam fixas e insuscetíveis de modificação. De maneira alguma. Afirmá-lo importaria recair no determinismo e negar o esplêndido imprevisto da história, recusando ao homem qualquer capacidade de alterar seu próprio destino. (MOOG, 1974, p. 190)

Por volta dos anos 50, o ócio vai assumindo status de consumo. A moral de sacrifícios cultivada até então dá lugar a uma moral de prazer.

Em 1955, Riesman cria, em Chicago, um centro dedicado à pesquisa do ócio. Para ele, o homem não mais se realiza no trabalho, mas no ócio consumista, o que acena para a impossibilidade de se resgatar o trabalho como centralidade da vida humana.

Em tempo, salienta-se que até o século XIX, o ócio era considerado um tempo antieconômico, não-produtivo, ceifador das riquezas até então produzidas e acumuladas em um patamar não tão elevado. Já no século XX, o ócio adquire um valor econômico: enquanto descansa, o trabalhador se refaz para trabalhar com mais afinco, teoricamente tem tempo para investir em formação continuada (o que é altamente positivo para o aprimoramento pessoal, desembocando também em benefícios para a empresa que trabalha), além da possibilidade do consumo em larga escala. Nesse horizonte, o ócio se apresenta de forma negativa, estando a serviço da indústria cultural, largamente difundido pela propaganda, tolhendo a liberdade, a iniciativa e a criatividade das pessoas, fazendo-as se conformarem com a dominação vigente.

Nos anos 60, outra corrente teórica vem à tona entre os norte-americanos, encarando o ócio como algo pessoal, subjetivo, dependendo da satisfação que o indivíduo encontra em realizar uma atividade. Sob esse enfoque, muitas ocupações podem ser consideradas ócio, por trazerem satisfação a quem as realiza, assim como o reverso da medalha também é válido, ou seja, muitos ócios podem ser entediantes e vazios, desprovidos de significado e não acarretando em prazer às pessoas.

Percebe-se, então, que os Estados Unidos possuem uma considerável trajetória no que concerne aos estudos sobre o ócio. Na Europa, a mesma desponta somente após a Segunda Guerra, expressa principalmente no pensamento de Friedmann e Dumazedier.

Para Friedmann, o ócio é uma compensação do trabalho embrutecedor, compartimentalizado e desinteressante. Assim, o trabalhador perde o interesse pelo trabalho, buscando-o no ócio. Defende um equilíbrio harmônico entre ócio e trabalho.

Cabe ressaltar que, ainda antes de Friedmann, houve duas teses históricas sobre a vinculação entre trabalho e ócio: uma, de que o trabalho é que torna o ócio possível, ficando para o ócio a parte boa, agradável, enquanto que o trabalho cria condições para que se possa desfrutar do ócio, já que é nele que o homem cria e se realiza, o que de certa forma colima com a postura grega sobre o assunto. A outra, é de que o ócio exerce papel subalterno, sendo apenas o trabalho produtivo, economicamente falando, o que coincide com a visão romana, favorável à eliminação do ócio.

1. 2 entendendo o ócio sob a perspectiva da influência da religião sobre os assuntos mundanos

Vital, no sentido de proporcionar uma profunda compreensão acerca do tema do presente artigo é o ideário de Max Weber, presente na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nela, o autor discorre com propriedade sobre a influência da

religião sobre os assuntos mundanos. Ele revela, inicialmente, que os resultados de muitas ações envidadas pelas religiões tiveram efeitos imprevistos, quando não indesejados e contrários às intenções primárias.

Weber (2001) estabelece relações entre as religiões e o espírito do capitalismo, falando de uma certa “ocidentalização” do mundo, haja vista que certos fenômenos, embora existentes em todo o mundo, isto é, também no oriente, tiveram seu desenvolvimento maximizado no ocidente. Dentre eles, destacam-se o desenvolvimento da ciência, a arte, a organização de grupos políticos e sociais, e também o capitalismo. O autor alude que o ímpeto pelo ter mais e pelo lucro é tão antigo quanto o mundo, e verificável em todas as classes sociais (prostitutas, artistas, entre outros). O autor menciona a ação econômica capitalista, como sendo aquela baseada na possibilidade de lucro, cujas ações de uma dada empresa são cuidadosamente planejadas em suas etapas, obedecendo a uma previsão, através de cálculos, mensurados por complexos meios contábeis, onde, após o término de uma operação, possa ser acoplado lucro ao capital inicial. Isso sempre existiu no mundo, embora não de forma coesa, mas em iniciativas mais isoladas e individuais. Todavia, é no ocidente que esse sistema se complexificou, assemelhando-se ao que é atualmente.

Encadeando o espírito capitalista com a religião, Weber (2001) profere que, superficialmente, os católicos eram mais indiferentes aos bens mundanos, devido aos traços ascéticos de seus mais altos ideais, os quais são criticados pelos protestantes; enquanto que os católicos censuram o materialismo dos protestantes, proveniente da secularização dos ideais pelo protestantismo. Seria o “ou coma bem, ou durma bem” (WEBER, 2001, p. 22). Os protestantes preferem comer bem; os católicos, dormir bem. Ou seja, os protestantes seriam mais apegados aos bens materiais, enquanto que os católicos teriam preferência por uma vida sossegada.

Em relação ao termo “espírito do capitalismo” adotado pelo autor, cumpre esclarecer que o mesmo é sustentado por uma moral onde o dinheiro, a acumulação e a avareza são tratados como um *ethos*, um fim em si mesmo. A honestidade, a pontualidade e o trabalho árduo são encarados de forma utilitarista no capitalismo, por favorecerem a acumulação e o crédito. O esforço empreendido para ganhar dinheiro, no capitalismo, é visto como uma grande virtude. Por isso o trabalho é preferido; e o ócio, preterido. Os indivíduos precisam se adaptar à ética capitalista, sob pena de serem excluídos, ficando à margem do sistema, sem trabalho, sem sustento, na miséria. A preguiça (ou o ócio) colocaria em perigo a posição do indivíduo no mundo.

No capitalismo moderno, o salário-tarefa seria o meio utilizado para assegurar a máxima quantidade de trabalho por parte do trabalhador. Todavia, a princípio, a contenda falhou, pois o trabalhador não trabalhou mais ante a perspectiva de aumentar seus ganhos. Isso é comprovado também por Enguita (1989). Ganhar mais era menos atrativo do que trabalhar menos, o que colima com uma posição tradicionalista, onde o homem não desejava ganhar mais e mais, porém ganhar o suficiente.

Então, com êxito, foi feito o contrário, ou seja, fez-se o trabalhador trabalhar mais para ganhar o necessário. Assim, passou a trabalhar mais, aumentando, também, os lucros dos capitalistas. Se bem que essa tática tem lá suas limitações. Quando o trabalho exige atenção redobrada e dedicação, com maquinário de custo elevado, exigindo um trabalhador mais qualificado, os baixos salários provocam maus resultados, já que indivíduos desprovidos das condições mínimas exigidas (de formação, por exemplo), não podendo supri-las porque o ganho é insuficiente para tal empreitada, não conseguirão desempenhar tarefas com todo o zelo exigido.

Weber cita o ramo têxtil, exemplificando a passagem de um período regido pelo ócio, para outro, guiado pela égide do capitalismo. Até meados do século XVIII, os

trabalhadores desse setor ganhavam o suficiente para viver modesta e dignamente, às vezes podendo até guardar um pouco. Trabalhavam entre cinco a seis horas por dia, no período de maior atividade, e menos nos demais. Mantinham boas relações com a concorrência. Gostavam de ir à taverna no final do dia para beber e usufruir da agradável convivência com os amigos, o que, para eles, tornava a vida agradável e prazerosa. Embora já aqui o negócio fosse regido pelo capitalismo, o era sob a bandeira do tradicionalismo. Todavia, essa situação transformou-se abruptamente, no começo com um dos trabalhadores que recrutou alguns tecelões para trabalhar numa cadência diferente, estabelecendo, assim, uma concorrência mais acirrada, indo até o pleno desenvolvimento da indústria têxtil. Tais mudanças tiveram como catalisador o surgimento do espírito do capitalismo.

Garantia de futuro dos filhos e netos é uma das respostas para o ritmo frenético de trabalho que se teve a partir do capitalismo moderno. Ou então, ainda mais grave, que trabalho e negócios tornaram-se a parte central, a motivação primordial da vida; o que para o homem pré-capitalista é incompreensível, alguém pautar sua vida no ter, no dinheiro e nos bens materiais, deixando de lado o ócio, que tanto bem faz às pessoas.

No que concerne ao cristianismo, como o mesmo nasceu em Roma, não se distancia muito nas elucubrações em relação ao ócio, sem grandes avanços ou contribuições. Apregoa a contemplação, porém voltada quase que unicamente a Deus, objetivando a salvação da alma. Ócio e trabalho não eram temas centrais na pauta cristã, ao contrário do que muitos autores garantem. Arendt (1999) declara que o cristianismo não glorificaria o trabalho. Paulo, por exemplo, cognominado o “apóstolo do trabalho”, em verdade, não o era. Em vários textos em que se dirige ao trabalho, o mesmo é taxativo contra os que, movidos pela preguiça, “comiam o pão dos outros” ou então defendem o trabalho sob pretexto de evitar problemas, quando na verdade a intenção era

manter o homem na vida privada, afastando-o deliberadamente da ação política. Em sua origem, a igreja não se utilizou da recomendação do trabalho, como muito bem poderia fazer, como alternativa de punição para o pecado original. Nas regras monásticas, o trabalho tinha três funções: ajudar a combater as tentações da ociosidade, cumprir deveres de caridade para com os pobres e favorecer a contemplação enquanto atividade que desvia a atenção para outras ocupações não tão dignificantes, como a compra, a venda, o consumo. Apenas nos entornos da reforma e da contrarreforma é que a religião passa a compactuar de forma mais abrupta com a glorificação do trabalho.

No que diz respeito ao puritanismo, Weber (2001) sustenta que nele, o ócio é visto como um problema, um relaxamento na busca de uma vida mais santificada. Muito descanso combinaria apenas com a eternidade. Neste mundo, o homem deve trabalhar, em conformidade com a vontade de Deus, exercendo, com afinco a vocação destinada a cada um. Perda de tempo é um pecado grave. Horas de trabalho perdidas com ócio é tempo perdido para glorificar a Deus. Há, no puritanismo, uma pregação inflexível e apaixonada em favor do trabalho duro e constante, tratado como finalidade da vida. A falta de vontade de trabalhar era um sintoma de ausência de estado de graça, sendo que quem não trabalhava não merecia comer. No puritanismo, o homem sem profissão era algo nocivo. A vadiagem, a ausência de uma rotina metódica e rigorosa não era atrativa aos olhos de Deus.

A vocação e seu “agrado” perante Deus passa primeiramente pelo crivo moral e depois pela importância e lucratividade para a coletividade, e por último, para o indivíduo em si. Para o puritanismo, a riqueza somente era permitida se um leigo tivesse a oportunidade de ganhar mais, sem comprometer a vocação. Quando desemboca em vadiagem e pecado, é totalmente desaconselhada e nociva. Isso é observado na parábola

bíblica dos talentos, onde o servo que recebeu um talento e o enterrou, não o desenvolvendo, foi considerado mau e duramente castigado.

Assim, quem tinha posses, era responsável por mantê-las e multiplicá-las para a glória de Deus, aumentando-as pelo trabalho contínuo e incansável, preceito considerável no desenvolvimento da gênese do capitalismo.

Esportes e arte eram tratados com repulsa pelos puritanos, enquanto atividade prazerosa, por supostamente distrair o homem, afastando-o de Deus. A ênfase recai na uniformidade da vida, na padronização, a qual supostamente prepara o terreno para a futura massificação cultural.

Expandido o entendimento sobre o assunto, é oportuno buscar, também, subsídios em Moog (1974), o qual procura elucidar as razões pelas quais os Estados Unidos – país mais jovem e menor – atingiu prodigioso progresso; enquanto que o Brasil, nas previsões mais otimistas para a época em que a obra foi escrita, ganha apenas o título de incerto país do futuro. O autor faz uma incursão em diversos fatores que poderiam sustentar uma hipotética superioridade dos Estados Unidos, dispensando vastos comentários acerca do calvinismo, religião de preponderância naquele país, pelo menos no início de sua história.

De acordo com Moog, Calvino era veementemente contra a pobreza e a mendicância em função, sobretudo, da ociosidade. Por essa razão, desconfia de todo o trabalho que não resulta em esforço físico, associando-o a uma obra demoníaca. Trabalho e oração seriam, para ele, as melhores formas de agradar a Deus. Não exatamente para atingir a salvação, pois esta seria fruto da vontade divina e não estaria ao alcance da vontade e decisão humana, mas como uma forma de confirmação dos eleitos, já que o êxito e a recompensa material advinda do trabalho – as riquezas – seriam as maiores provas de que o trabalho (e não a ociosidade) fosse preferida por

Deus. Assim, os homens acelerariam a busca pelo trabalho, no intuito de garantir êxito e riquezas, além da confirmação da eleição (quando existente), sendo isso tudo obra divina.

Para o calvinismo o que importa é a ação e a riqueza. Para o catolicismo, a contemplação. O calvinismo critica e desconfia das profissões mais contemplativas (o artista, o filósofo), enquanto que condena a pobreza. Os homens são cindidos em eleitos e condenados, puros e pecadores.

Com o calvinismo e o protestantismo, o capitalismo torna-se internacional, adentrando Portugal e Espanha, os quais revezam atitudes de aceitação e resistência, não sabendo ao certo moverem-se dentro das cercanias do mesmo, o que os fez cometerem grandes desatinos. O mesmo, entretanto, não o corre nos Estados Unidos, país que aceitou plenamente os postulados do calvinismo porque praticamente havia predomínio do protestantismo, em estreita consonância com o espírito do capitalismo de Weber.

Na moral calvinista, o homem é denominado de *homo economicus*, em oposição ao católico, que desconfia dos bens materiais e das riquezas, por considerá-las demoníacas. O calvinista realiza-se na riqueza, valorizando o tempo e o trabalho, considerando a pontualidade uma das melhores virtudes que um ser humano pode conservar.

Enfim, a religião permitiu, mesmo de forma muitas vezes não intencional, como salientado anteriormente, uma fácil adaptação ao espírito capitalista – à devoção ao ganhar dinheiro. Quem não adapta sua vida ao capitalismo, não consegue progredir financeiramente. Ademais, é importante frisar que, em seu estado atual, embora a sua gênese tenha sido favorecido pela religião, o capitalismo emancipou-se, atingiu maioria, não mais dependendo de seus antigos suportes, como a religião o fora. Ganhar dinheiro passou a ser um meio de vida, não um meio de prover a vida.

1.3 A importância da ingerência da educação na busca do equilíbrio entre trabalho e ócio

Não há como negar, conforme Puig e Trilla (2004), a interdependência entre o trabalho e o ócio. O trabalho realmente influencia o ócio e vice-versa. Quem adota postura passiva no trabalho, costuma assim ser também no ócio, enquanto que o contrário também é válido.

Outra feição da vinculação entre trabalho e ócio merecedora de atenção é que, muitas vezes, um tenta expandir o outro, isto é, tenta se trabalhar mais para ter direito ao ócio (ou a mais ócio) e no ócio, em outros ensejos, intenta-se desenvolver mais no quesito formação justamente para ter mais rentabilidade no trabalho, numa autêntica relação simbiótica.

Dumazedier (1979) representa um marco na teoria do ócio, com significativa contribuição à pedagogia e sociologia do ócio, sendo seu pensamento vital para o reconhecimento do cabedal teórico que hoje o tema emana. Para ele, primeiramente o ócio se manifesta, em maior ou menor grau, nas atividades que o indivíduo desempenha. Em segundo, é preciso que o indivíduo realiza-as voluntariamente. Em terceiro, que cumpra os denominados 3 Ds dumazedieranos, que são o descanso, a diversão e o desenvolvimento. E, por último, o autor trata do problema temporal, discorrendo que o ócio apenas acontece quando se obtém tempo para ele, com a liberação do trabalho e de outras tarefas (domésticas, por exemplo) ou amarras (religiosas, políticas e/ou sociais) que possam servir de empecilho para a plena efetivação do ócio.

Para Dumazedier (1979), um fator que não pode ser dissociado do ócio quando de seu estudo é a produção, já que a expansão da mesma, teoricamente, garantiria a

existência do ócio, ou, então, teria que se optar por aumentá-la indefinidamente, não convertendo o excedente de tempo em tempo livre para o ócio.

Outro fator tangente ao ócio, segundo o autor, é o consumo. Aí se tem uma dialética: a produção maximizada requer consumo. Este, por sua vez, requer tempo. E, para ser possível produzir e consumir, é imprescindível o trabalho.

Ainda sob a ótica de Dumazedier (1979), o ócio influi na família, no trabalho, na política, na cultura e na religião (nem sempre positivamente). Por isso, ele defende a intervenção no campo do ócio, transformando-o em tempo de educação e de acesso a (re) criação cultural.

Hodiernamente, o ócio tem se transviado em ícone de poder e ostentação, encarado como uma espécie de prêmio, conquistado através de elevado esforço despendido no trabalho, desfrutado por intermédio do consumo. Passa a ser visto como um tempo para o consumo, e não tanto como tempo realmente livre. Essa assertiva revela pessimismo, pois o tempo real de trabalho não diminuiu, tampouco o ócio tenha triunfado. O que triunfou, sim, foi o desemprego, a recessão econômica, os quais os governantes, especialmente no Brasil, teimam em chamar de tempo necessário de ajuste que um plano econômico precisa, um residual dele; ou então, denominar de um sacrifício imprescindível por parte da população para que um plano possa dar certo, numa visão errônea e própria do capitalismo.

A sociologia do ócio, segundo Puig e Trilla (2004), vê dois aspectos problemáticos tangentes ao vicejar do genuíno ócio na atualidade. O primeiro seria o desemprego, cuja possível solução estaria na divisão do trabalho entre todos, plenamente possível no estágio de acumulação e desenvolvimento no qual a sociedade se encontra, defendido também por De Masi (2001), aumentando, com isso, o tempo livre para o ócio. No entanto, para que essa solução possa ser implantada, requer mudar

a mentalidade corrente, além de ter orientação política favorável, o que significaria uma mudança de grande quilate.

O segundo problema reside na perda de valor do trabalho como centralidade da vida humana, cujo antídoto poderia estar na primeira assertiva acima esmiuçada, já que o aumento do tempo livre poderia revitalizar o trabalho.

Para Puig e Trilla (2004, p. 41), a criação e a ocupação do tempo livre de modo educativo é o foco da sociologia do ócio hoje. Para isso, o papel da educação para o tempo livre, assentada na sua vertente formal via escola seria de:

...repensar seu trabalho educativo, e não instruir prioritariamente para o trabalho, mas formar com vistas à vida humana. Como o ócio será parte importante da vida, a escola deveria formar também para o ócio futuro. Um encontro das ciências humanas, do esporte e das artes, junto com valores e conhecimentos das ciências exatas e da técnica, deveria nortear uma modificação dos currículos escolares. O que se considera é que a escola e a educação são chaves da utilização positiva do tempo livre.

Nesse ínterim se observa uma contradição em relação ao tema auscultado. Se a escola deve formar não apenas para o trabalho, mas para o ócio, como educadores que não vivenciam o ócio poderão formar para o mesmo? E como os futuros educadores, hoje nos bancos escolares, igualmente poderão dar conta desta empreitada, se eles também estão sendo formados em um molde onde o ócio é preterido em relação ao trabalho? Eis, aí, um desafio que se apresenta não só aos docentes, mas à escola, à educação e a sociedade como um todo, sem contar aos governantes, os quais precisam implementar políticas públicas visando rupturas nos currículos para se chegar a esse *front* utópico.

Em suma, perseguindo-se um conceito para o ócio nos dias de hoje, segundo Puig e Trilla (2004), deve-se considerar os seguintes fatores: tempo, atitude e atividades. Quanto ao tempo, o ócio se opõe ao trabalho enquanto exercício profissional; excluindo, também, tarefas domésticas, obrigações familiares, espirituais e

políticas, sendo, portanto, um tempo livre de qualquer imposição. Tempo é o elemento fundamental para o ócio. É preciso estar livre de para ser livre para. Segundo os autores, no tempo de trabalho predomina a obrigação social, embora haja trabalhos nos quais a disponibilidade pessoal se sobressai. No tempo semi livre – dedicado a obrigações familiares, espirituais e políticas – a disponibilidade pessoal é de maior saliência, aumentando ainda mais no tempo livre para o ócio.

Em relação à atitude, o ócio adentra no plano pessoal. Para ser considerada ócio, a atividade terá que ser prazerosa para quem a executar. Então, muitos trabalhos poderão ser prazerosos, e muitos períodos de tempo livre poderão ser tediosos. Simplesmente preencher a esmo o tempo livre, com um rol de atividades nem sempre associadas ao prazer, mas à obrigações (ir a uma festa de um chefe de quem não se gosta, por exemplo, apenas para não fazer desfeita) ou então para responder ao apelo do consumismo não basta para sentir o ócio em profundidade. É mister dar vazão às demandas pessoais. Por isso, o ócio deve ser livre de pressões, fruto de decisão autônoma e fonte de prazer, no seu sentido ético, positivo.

E as atividades, embora existam aquelas próprias do ócio como passeios, práticas esportivas; há outras levando em consideração o grau de subjetividade, os quais julgam que qualquer atividade, mesmo o trabalho, conforme já dito, pode ser uma atividade de ócio, dependendo do grau de satisfação que traga para o indivíduo. Os autores esquematizam as atividades de ócio na atualidade em quatro grupos. O primeiro abrange atividades relativas ao componente físico, atividades corporais, passeios, esportes. Ressalva-se que essas atividades, embora tenham incidência crescente ultimamente, nem sempre podem significar ócio. Apenas o serão se feitas com liberdade, fontes de prazer. Ao contrário, se praticadas em nome do culto ao corpo, numa tentativa sôfrega de se adequar aos padrões de beleza vigentes, que

supervalorizam corpos esbeltos e atléticos, sairá da esfera do ócio, deslocando-se para a escravização. No segundo grupo aparecem as atividades práticas de produção concreta, como jardinagem, trabalhos manuais. O terceiro, abarca atividades culturais, possíveis pelo rádio, televisão, cinema, leitura, teatro, entre outras. E no quarto grupo situam-se atividades sociais, coletivas, tais como festas, atividades em praças, clubes, vida familiar.

Obviamente, essas atividades serão consideradas ócio quando alinhadas com a liberdade. A importância dessas atividades reside no fato de serem positivas para o indivíduo, trazendo, geralmente, bem-estar, desenvolvimento e transformações individuais e coletivas; podendo, ao contrário, serem maléficas, individual ou socialmente.

Considerações finais

Para os autores, o verdadeiro ócio consiste não apenas em descanso, passeios, televisão, atividades físicas ou festivas. Requer um certo teor de orientação, para que indivíduo e sociedade possam, em sinergia, desenvolver-se juntos, humanizarem-se. Por essa razão, justifica-se a relevância de se educar para o ócio, pois nele o homem poderá ter a singular oportunidade de modificar as estruturas injustas, as forças de permanência que teimosamente insistem na manutenção do *status quo*.

Puig e Trilla (2004) questionam se uma sociedade firmada no ócio, sem direcionamento algum, seria realmente feliz. Arendt (1999) acrescenta que está muito próximo o dia em que a humanidade, via advento da automação, esvaziará as fábricas e se libertará do trabalho e dos grilhões da necessidade. Entretanto, a humanidade tem no trabalho o grande *leitmotiv* de sua existência, tendo apagado em seu âmago a receita (se é que ela exista) do que fazer com o tempo livre, estando, pois desprovida desta superior capacidade de criação. Aliás, talvez seja por isso que as pessoas se sentem deslocadas

quando não têm nada para fazer. Dejours (1992) denuncia que o tempo fora do trabalho se encontra contaminado, haja vista que as pessoas têm mantido, em seu tempo livre, as mesmas cadências do trabalho, numa tentativa (bem-sucedida) de não interromper o condicionamento adquirido. Talvez seja também por isso que as pessoas se sentem culpadas quando, em alguns ensejos, fazem algo em que não consigam controlar o tempo, ou, pior, quando não fazem nada. Nesses moldes, a libertação seria contraproducente, por que não dizer, perigosa. Qual seria, então, a saída para a problemática levantada? Certamente uma vida regada pelo equilíbrio entre trabalho e ócio, possível via ingerência da educação. Assim, a educação deixaria de ser um mero treino para o mercado de trabalho, um quase não-valor, resgatando os valores mais nobres de que a sociedade atual carece: emancipação, autonomia e humanização.

THE LEISURE AS A RIGHT CROSSED FOR THE EDUCATION

Abstract

The present text has for intention to bring the question of the leisure and its theory, understood as a right crossed for the education, looking for to weave a reflection concerning the state of the art of the same in a society that the same lives a situation of disequilibrium in relation, where the historical pendulum seems to be hung for the work. It is paper of the education, therefore, to revert this situation not only, making possible that the man is seen as a whole, as a pair of arms for the work.

Key-words: Leisure; Work; Freedom; Education; Humanization.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. 9. ed Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- DE MASI, D. **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed., ampl. São Paulo: Cortez, 1992.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LAFARGUE, P. **O direito à preguiça; A religião do capital**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.
- MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973.
- MARX, K. **Trabalho alienado**. In: FROM, E. **Conceito marxista do homem**. Apêndice: Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844 de Karl Marx. São Paulo, Martin Claret, 2003.
- MOOG, V. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PUIG, J. M.; TRILLA I BERNET, J. **A pedagogia do ócio**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- WAICHMAN, P. **Tempo livre e recreação: um desafio pedagógico**. 2. ed Campinas: Papirus, 2001.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed., rev. São Paulo: Thomson, 2001.

Data de recebimento: 29/03/2011

Data de aceite: 02/06/2011